



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CONTRATOS - DICON/CLC/CGAD/DLOG/PF

Contrato nº 41/2025- CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.002761/2025-18

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº 41/2025-CGAD, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA POLÍCIA
FEDERAL E JETFLY
REVENDEDORA DE
COMBUSTÍVEIS

A União, por intermédio da Polícia Federal (Coordenação-Geral de Administração - UASG 200334), com sede no Setor Comercial Norte, Quadra 4, Blocos B, C e D, Edifício Multibrasil Corporate, Asa Norte, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representada por **ANDRÉ LUIS LIMA CARMO**, Delegado de Polícia Federal, nomeado pela Portaria DG/PF nº 357, de 11 de janeiro de 2023, publicada no DOU de 11 de janeiro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1542699, doravante designado CONTRATANTE, e o(a) **JETFLY REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 14.607.609/0002-19, sediada no endereço Estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/n -- Aeroporto, Macaé, Rio de Janeiro, CEP: 27.955-410, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **CARLOS GDALEVICI JUNQUEIRA**, e-Mail: carlos.junqueira@jetfly.com.br tendo em vista o que consta no Processo nº **08200.002761/2025-18** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025 - Ata nº SRP 24/2025 - UG 200334 - CGAD** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de fornecimento de querosene de aviação (QAV - JET A), para abastecimento das aeronaves pertencentes à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP /CGAP/DIREX/PF, e demais órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades estabelecidas no Termo de Referência e anexos

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (ANUAL)	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL	VALOR TOTAL (5 ANOS)
------	-----------	-----------------------	-------------------------	-------------------	----------------	----------------------------

03	Fornecimento de querosene de aviação (QAV-1) para abastecimento de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal e dos demais órgãos participantes nas localidades constantes do ANEXO III do Termo de Referência.	1.455.000	Litro	R\$ 6,7389	R\$ 9.805.099,50	R\$ 49.025.497,50
----	--	-----------	-------	------------	------------------	-------------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. 3

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor anual da contratação é de **R\$ 9.805.099,50 (nove milhões, oitocentos e cinco mil noventa e nove reais e cinquenta centavos)** e o valor total da contratação considerando a vigência de 5 (cinco) anos é de **R\$ 49.025.497,50 (quarenta e nove milhões, vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3.. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do

objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 mês;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE,

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: **0001/200334**;

II) Fonte de recursos: **1019000000**

III) Programa de trabalho: **06122003220000001**;

IV) Elemento de despesa: **3390.30-02**;

V) Plano interno: **PF990N9AG25**

VI) Nota de empenho: **2025NE001238** no valor de R\$653.673,30 (seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e setenta e três reais e trinta centavos);

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078,

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília - DF, Agosto de 2025

ANDRÉ LUIS LIMA CARMO

Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas da UG 200334 -CGAD/DLOG/PF

CARLOS GDALEVICI JUNQUEIRA

Representante da JETFLY



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS GDALEVICI JUNQUEIRA**, **Usuário Externo**, em 18/08/2025, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARLOS DA SILVA**, **Chefe de Divisão**, em 18/08/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS LIMA CARMO**, **Diretor(a)**, em 18/08/2025, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO DA SILVA PALMA**, **Agente de Polícia Federal**, em 20/08/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142161366&crc=7D969DB5.
Código verificador: **142161366** e Código CRC: **7D969DB5**.

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

ESPÉCIE: TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 14.0076.00/2025 que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF em favor da Associação dos Moradores de Barrinha, localizada no Município de Icapuí/CE. Processo administrativo nº 59511.000032/2025-54. OBJETO: - 2 (duas) balanças com capacidade para 15 kg, com os seguintes tombamentos: 372.085-7 e 372.086-4; - 4 (quatro) freezers horizontais, 503 litros, 220V, com os seguintes tombamentos: 372.029-7, 372.030-7, 372.031-4 e 372.032-1; - 2 (duas) mesas de manipulação - preparação de alimentos, chapa inox, 1,90m, com os seguintes tombamentos: 372.060-6 e 372.061-3. Valor total dos bens itens de doação R\$ 16.834,00 (dezesseis mil e oitocentos e trinta e quatro reais). Autorizado conforme a Resolução Regional nº 87 do Comitê de Gestão Executiva da 14ª Superintendência Regional da CODEVASF, datada em 29 de julho de 2025. DATA DE ASSINATURA: 30 de julho de 2025. ASSINAM: Emanuel Cezar de Souza Alencar, Superintendente Regional Substituto da 14ª Superintendência Regional da CODEVASF e Josileuda Maria da Costa Silva - Presidente da Associação.

15ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - RECIFE/PE

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000270/2025-89-e
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0120.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO CAPIM DE CIMA, localizada no Município de Surubim -PE, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 03.552.578/0001-49, no estado de Pernambuco. OBJETO: (Uma) Grade Aradora. Tombamento: : 396.156-0. Avaliados no valor total de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais). Pertencente ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 154, de 28 de Julho de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000270/2025-89-e DATA DE ASSINATURA: 29/07/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Geilza Santos da Silva, Presidente.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000295/2025-82-e
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0110.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE NORMANDIA - COOPANOR, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 03.352.058/0001-92, Município de Caruaru, no estado de Pernambuco. OBJETO: 40 (Quarenta) Balanças Digitais. Tombamentos: :388.675-5, 388.676-2, 388.677-9, 388.678-6, 388.679-3, 388.680-3, 388.681-0, 388.682-7, 388.683-4, 388.684-1, 388.685-8, 388.686-5, 388.687-2, 388.688-9, 388.689-6, 388.690-6, 388.691-3, 388.692-0, 388.693-7, 388.694-4, 388.695-1, 388.696-8, 388.697-5, 388.698-2, 388.699-9, 388.700-0, 388.701-7, 388.702-4, 388.703-1, 388.704-8, 388.705-5, 388.706-2, 388.707-9, 388.708-6, 388.709-3, 388.710-3, 388.711-0, 388.712-7, 388.714-1 , 388.715-8 e 08(Oito) Freezers 500L. Tombamentos: 388.845-8, 388.846-5, 388.847-2, 388.848-9, 388.849-6, 388.850-6, 388.851-3, 388.852-0. Avaliados no valor total de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais). Pertencente ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 155, de 28 de Julho de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000295/2025-82-e DATA DE ASSINATURA: 01/08/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Jaime de Amorim, Presidente.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000304/2025-35-e
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0111.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA NORMANDIA - COOPANOR DO MUNICÍPIO DE CARUARU -PE, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 03.352.058/0001-92, no estado de Pernambuco. OBJETO: Cinco (05) Microtratores. Tombamentos: 396.204-2 , 396.205-9 , 396.206-6 , 396.207-3 , 396.208-0. Avaliados no valor total de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais). Pertencente ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 143, de 28 de Julho de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000304/2025-35-e DATA DE ASSINATURA: 01/08/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Jaime de Amorim, Presidente.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000310/2025-92-e
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0115.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS E DOS AGRICULTORES FAMILIAR DE TIMBAÚBA - PE, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 08.826.448/0001-70, Município de Timbaúba, no estado de Pernambuco. OBJETO: (Um) Trator Agrícola 90CV. Tombamento: 396.046-6 e 01(Uma) Grade Aradora. Tombamento: 396.269-5. Avaliados no valor total de R\$ 148.500,00 (Cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais). Pertencente ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 149, de 28 de Julho de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000310/2025-92-e DATA DE ASSINATURA: 29/07/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Gedson Marcos Barbosa de Araújo, Presidente.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000313/2025-26
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0119.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor do INSTITUTO CASA FAZER O BEM, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 45.766.984/0001-54, Município de Camaragibe no estado de Pernambuco. OBJETO: 05 (Cinco) MÁQUINAS DE COSTURA. Tombamento: 396.123-0, 396.283-9, 396.368-9, 396.431-2 e 396.466-6 . Avaliadas no valor total de R\$ 14.350,00 (Catorze mil e trezentos e cinquenta reais). Pertencente ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 153, de 28 de Julho de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000313/2025-26 DATA DE ASSINATURA: 29/07/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Adriana Farias da Silva, Presidente.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: Nº 59501.000329/2025-39-e
ESPÉCIE: Termo de Doação nº 15.0134.00/2025, que faz a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, em favor A ASSOCIAÇÃO LEO COUTINHO, inscrito (a) sob o CNPJ nº: 38.218.914/0001-04, Município de Paudalho, no estado de Pernambuco. OBJETO: 01 (Um) Kit Panificação. Tombamentos: 388.734-7, 388.778-7, 388.624-3, 388.819-7, 396.064-8, 388.539-0, 396.330-4, 396.366-5 e 50 (Cinquenta) Máquinas de Costura. Tombamentos: 388.915-0 , 388.916-7 , 388.917-4 , 388.918-1 , 388.919-8 , 388.855-1 , 388.856-8 , 388.857-5 , 388.858-2 , 388.859-9, 388.948-0 , 388.949-7 , 388.950-7 , 388.951-4 , 388.952-1, 388.984-4 , 388.985-1 , 388.986-8 ,

388.987-5 , 388.988-2, 396.020-8 , 396.021-5 , 396.022-2 , 396.023-9 , 396.024-6, 396.285-3 , 396.286-0 , 396.287-7 , 396.288-4 , 396.289-1, 396.125-4 , 396.126-1 , 396.127-8 , 396.128-5 , 396.129-2, 396.369-6 , 396.370-6 , 396.371-3 , 396.372-0 , 396.373-7, 396.432-9 , 396.433-6 , 396.434-3 , 396.435-0 , 396.436-7, 396.468-0, 396.469-7, 396.470-7 , 396.471-4 , 396.472-1. Avaliados no valor total de R\$ 149.015,65 (Cento e quarenta e nove mil , quinze reais e sessenta e cinco centavos). Pertencentes ao acervo patrimonial da CODEVASF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Resolução Regional Nº 170, de 12 de Agosto de 2025 da 15ª Superintendência Regional da CODEVASF de acordo com o art. 29, XVII, da Lei nº 13.303/16, conforme previsto na Norma para Alienação de Bens - NOR - 454 e com os procedimentos contidos no Processo Administrativo nº: 59501.000329/2025-39-e DATA DE ASSINATURA: 13/08/2025. ASSINAM: Gustavo Henrique de Andrade Melo, Superintendente Regional da 15ª SR - CODEVASF e Eduardo de Almeida D Angelo, Presidente.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2025 - UASG 200334

Nº Processo: 08200.002761/2025-18.
Pregão Nº 90008/2025. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/.
Contratado: 14.607.609/0002-19 - JETFLY REVENDEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de fornecimento de querosene de aviação (qav - jet a), para abastecimento das aeronaves pertencentes à frota da coordenação de aviação operacional da polícia federal - caop /cgap/direx/pf, e demais órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades estabelecidas no termo de referência e anexos. Sendo 1.455.000 litros ao valor unitário de r\$6,7389, perfazendo um total anual de r\$9.805.099,50 e considerando a vigência de o5(cinco) anos o valor é estimado em r\$49.025.497,50.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 20/08/2025 a 20/08/2030. Valor Total: R\$ 49.025.497,50. Data de Assinatura: 18/08/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 18/08/2025).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2025 - UASG 200334

Número do Contrato: 35/2022.
Nº Processo: 08200.002258/2022-10.
Pregão. Nº 24/2022. Contratante: COORDENACAO GERAL DE ADMINISTRACAO CGAD/DLOG/. Contratado: 03.620.200/0001-35 - PRO-SYSTEMS INFORMATICA LTDA. Objeto: Prorrogar a vigência contratual por mais 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, de 19/08/2025 a 18/08/2027, em observância da vigência contratual máxima de 60 (sessenta) meses da lei 8.666/93.. Vigência: 19/08/2025 a 18/08/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 686.480,00. Data de Assinatura: 18/08/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 18/08/2025).

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2025 - UASG 200342

Nº Processo: 08206.001393/2025-31.
Pregão Nº 90011/2024. Contratante: DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORM.E INOVACAO.
Contratado: 12.625.657/0001-23 - BK TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Objeto: Renovação e expansão das subscrições de soluções de código-fonte aberto da desenvolvedora red hat, atualmente em uso na polícia federal, e treinamentos a eles relacionados..
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 15/08/2025 a 15/08/2026. Valor Total: R\$ 12.662.641,05. Data de Assinatura: 15/08/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 19/08/2025).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2025 - UASG 200380

Número do Contrato: 2/2023.
Nº Processo: 08220.003617/2022-18.
Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO AC. Contratado: 42.548.035/0003-71 - CONCESSIONARIA DOS AEROPORTOS DA AMAZONIA S/A. Objeto: Indicação de dados da dotação orçamentária que subsidiará o empenho para apostilamento suplementar de cessão de uso de área aeroportuária de propriedade da união e que se encontram sob a jurisdição e posse da cedente, situadas nos aeroportos internacional de rio branco e de cruzeiro do sul no exercício de 2025. Vigência: 01/01/2023 a 01/01/2028. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 21.684,60. Data de Assinatura: 24/01/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 24/01/2024).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 3/2025 - UASG 200388

Número do Contrato: 3/2022.
Nº Processo: 08310.000745/2021-10.
Contratante: SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO MA. Contratado: 15.465.046/0001-53 - J GOUVEIA & CIA LTDA. Objeto: Conceder o 3º reajuste de preços à empresa j gouveia & cia ltda., inscrita no cnpj nº 15.465.046/0001-53, referente à locação de imóvel situado no endereço av. Daniel de la touche, 4000, bairro cohama, no município de são luís/ma, objeto das matrículas nº 51.160, 83.208 e 29.412, do 1º ofício de registro de imóveis da comarca de são luís, para abrigar as instalações da sede da superintendência regional da polícia federal no estado do maranhão em são luís/ma - sr/pf/ma.. Vigência: 18/05/2022 a 17/05/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 11.067.600,00. Data de Assinatura: 19/08/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 19/08/2025).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2025 - UASG 200350

Nº Processo: 08350.015171/2024-51.
Pregão Nº 90006/2025. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG DE POLICIA FEDERAL EM MG. Contratado: 00.944.944/0001-17 - EMPREENDIMENTO COMERCIAL SAARA LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios (café) visando atendimento às necessidades da superintendência de polícia federal em minas gerais, conforme conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, anexo do edital..
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 18/08/2025 a 18/02/2028. Valor Total: R\$ 448.698,00. Data de Assinatura: 18/08/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 19/08/2025).

